

Professores discutem se voltarão às salas no dia 10

Sheyla Leal

A categoria não concorda com a proposta do GDF e vai decidir, em assembléia, se voltará às aulas no início de fevereiro

O ano letivo de meio milhão de alunos das escolas públicas no Distrito Federal tem duas grandes novidades em 2000. A primeira delas é o ingresso de 9,3 mil crianças de cinco anos e meio na rede pública de ensino. A segunda é a jornada ampliada de cinco horas para o ensino fundamental, jardim e pré-escolar. O ensino médio cumprirá seis horas diárias.

De acordo com o calendário escolar, as aulas nas 622 escolas da rede pública terão início no dia 10 de fevereiro. Este ano, as férias vão ser mais curtas, no período de 10 a 21 de julho. No dia 24 de julho reiniciam-se as aulas, que vão até 21 de dezembro.

"Estamos com esquema preparado para cobrir eventuais ausências de professores no início do ano letivo", garante a diretora-executiva da Fundação Educacional do DF (FEDF), Maristela de Melo Neves. Ela esclarece que, no caso de ausências por motivos não previsíveis, como doenças, serão convocados os inscritos no programa de contratação temporária. "A FEDF está empenhada



Vatanábio: "Esperamos que as aulas comecem na data prevista"

em garantir a integridade do semestre letivo dos alunos da rede pública".

Só que governo e professores da Fundação Educacional do DF ainda não entraram totalmente em acordo. Na última terça-feira, em reunião com o secretário de Assuntos Sindicais, Vatanábio Brandão, a Comissão de Negociação do Sindicato dos Professores (Sinpro) ouviu, do intermediador

nas negociações, a promessa de que o restante da dívida seria acertado até o dia 7 de fevereiro, data em que os professores devem voltar às atividades, de acordo com o calendário escolar. Os professores vão esperar pelo pagamento, mas querem adiar o início das aulas por conta do atraso no pagamento das férias.

A categoria já recebeu, no dia 21 de janeiro, um terço do

salário - gratificação de férias -, o adiantamento do 13º salário de 2000 e o adicional de 40% de férias, mas, segundo Evângelo Franco, diretor de Imprensa do Sinpro, ainda falta acertar outros direitos, como rescisão de contrato e dias paralisados.

A assessoria da Secretaria de Assuntos Sindicais garantiu que, até o próximo dia 7, o governo vai estar quitando todas as pendências financeiras com os professores. Os recursos para o pagamento do restante da dívida já estão previstos no orçamento de 2000.

O Sinpro está disposto a esperar pelo acerto da dívida. Quanto à volta às atividades escolares, Franco informou que a proposta do governo - de adiar a data das atividades, como quer a categoria, desde que os 15 dias de recesso no mês de julho não sejam gozados - será levada a assembléia no dia 10 de fevereiro. "Desde já, acho que esta proposta não será aprovada. Temos direito a férias e recesso e não temos culpa se o governo não nos pagou", justificou.

O secretário extraordinário para Assuntos Sindicais, Vatanábio Brandão de Souza, disse que o governo está aberto ao diálogo e às negociações. "Só esperamos que a categoria aja com a mesma lealdade, reiniciando as aulas na data prevista, com bom senso e responsabilidade, para não prejudicar os alunos".

LÚCIA LEAL

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA